

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ muda entendimento sobre prazo para compensação tributária 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera R\$ 11 bilhões de restituição 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado disparam 6

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar: um aumento infeliz - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA 8

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sem vínculo empregatício, freelancer tem um desafio maior para lidar com finanças
..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado será ressarcido com recursos públicos 11

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A URGÊNCIA DA INCLUSÃO REAL (Artigo) 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PREJUÍZO DOBRADO 13

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Os desafios impostos pelas barreiras digitais 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Desligamentos programados de energia 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

lata projeta passagem mais cara no Brasil com reforma tributária 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quatro de cada dez empresas que exportam são pequenos negócios 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IOF é o "bode na sala" para negociar emendas 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifa social de energia é aposta para faturar politicamente 23

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil terá mais um ano de PIB acima do potencial, diz Guardado	25
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Tarifaço" de Donald Trump dá impulso a resultados de empresas do agro no Brasil	28
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
PIB e proximidade da campanha não facilitam a vida do BC (Editorial)	30
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BELÉM ECONOMIA	
Moody s rebaixa perspectiva do Brasil para estável	32
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BELÉM ECONOMIA	
PIB do Brasil cresce 1,4% no primeiro trimestre de 2025	33

STJ muda entendimento sobre prazo para compensação tributária

Marcela Villar e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou seu entendimento sobre compensação de créditos tributários obtidos judicialmente, o que, na prática, reduz o prazo para o acerto de contas. Os ministros decidiram, em recente julgamento, que o valor obtido pelo contribuinte deve ser utilizado integralmente em até cinco anos, a contar do trânsito em julgado (quando não houver mais recurso) da sentença que reconheceu o direito.

Antes, a 2ª Turma permitia o uso dos créditos até que eles se esgotassem. Ou seja, por tempo indeterminado. O prazo de cinco anos era apenas para iniciar a compensação. Agora, se o contribuinte não usar todo o crédito nesse período, não terá mais direito - mesmo entendimento passou a ser adotado pela 1ª Turma no ano passado, segundo especialistas. Os ministros só admitiram a suspensão do prazo entre o pedido de habilitação e o deferimento pela **Receita Federal**.

A decisão veda o uso de R\$ 214 milhões em créditos tributários pela Usina Termelétrica Termomacaé, subsidiária da Petrobras. Ela obteve sentença definitiva sobre a "tese do século" (exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins) em 2009, mas só em 2013 pediu habilitação na **Receita Federal**. Em 2021, o pedido foi deferido, permitindo o uso até setembro de 2022.

Mas a termelétrica não conse-

guiu usar tudo de vez, pois a média mensal de **tributos** federais a pagar é de R\$ 634 mil, segundo os autos. Do total de R\$ 216 milhões que conseguiu em créditos pela decisão judicial, só conseguiu aproveitar R\$ 1,8 milhão. Após a Receita vedar a compensação do restante, entrou com processo para usá-los após setembro de 2022, o que foi aceito pela primeira e segunda instâncias. Mas, no STJ, a decisão foi reformada.

A compensação tributária é uma sistemática de pagamento em que o contribuinte quita seus **impostos** com eventual saldo. Após obter a vitória na Justiça reconhecendo o pagamento indevido de **tributos**, o contribuinte deve se habilitar perante o Fisco, que dará aval sobre a existência dos créditos. O método é uma

alternativa ao pagamento via precatório por ser mais célere.

No ano passado, a Fazenda Nacional começou a limitar a compensação mensal de créditos acima de R\$ 10 milhões, sobretudo por conta do grande volume de estoque gerado pela chamada "tese do século". A alteração veio com a Lei nº 14.873, de 2024.

Agora, o STJ restringe ainda mais esse entendimento, segundo especialistas. A decisão da 2ª Turma afeta, principalmente, contribuintes menores - que tenham crédito abaixo de R\$ 10 milhões. Para advogados, o entendimento dos ministros prejudica empresas, pois limita o uso dos créditos judiciais.

A discussão se baseia no artigo 168 do Código Tributário Nacio-

nal (CTN), a Lei nº 5.172/1966. No inciso II, diz que "o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos", contados "da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial".

Para o relator, ministro Francisco Falcão, o dispositivo está alinhado ao artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932. Nele, se estabelece que "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda" prescrevem em cinco anos "contados da data do ato ou fato do qual se originarem".

Esse marco, acrescenta ele, é a decisão judicial definitiva. Reconhece, no acórdão, que a jurisprudência da 2ª Turma é no sentido de permitir o uso dos créditos até o esgotamento. Mas entende que é preciso superá-la - hipótese de "overruling" -, pois os precedentes do colegiado, "na prática, acabam por tornar imprescritível o direito à repetição do indébito tributário reconhecido em sede de decisão judicial".

Falcão cita, em seu voto, decisões da 1ª Turma no mesmo sentido (REsp 1729860 e REsp 2164744). Para o relator, essa interpretação deve prevalecer pois "não parece adequado" a administração pública verificar caso a caso se houve inércia do contribuinte em pedir a habilitação dos créditos. Isso privaria a Fazenda de previsibilidade, pois não saberia quando o contribuinte aproveitaria o crédito.

Elenca outra razão: tese recente fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de afastar a tributação pelo Imposto de Renda e CSLL dos juros nas repetições de indébito tributário (Tema 962). Segundo o ministro, o entendimento do STJ de tornar "imprescritível" o uso dos créditos por compensação "incentiva o contribuinte a retardar ao máximo o aproveitamento do indébito, corrigido pela Selic, cuja parcela não estará sujeita à tributação" (REsp 2178201).

Segundo a tributarista Ariane Guimarães, sócia do Mattos Filho, muitas empresas ainda não conseguiram compensar créditos da "tese do século", como nesse caso julgado. "Se o contribuinte não conseguir compensar em cinco anos, ele fica sujeito a perder seu crédito", diz a advogada.

Do ponto de vista prático, acrescenta, a decisão implicará análise mais acurada de potencial

de compensação ao longo do tempo e vai forçar contribuintes que tenham decisões com volume relevante de crédito de compensar uma parte, pedir expedição de precatório de outra e até mesmo pensar em negociar os créditos no mercado. "Essa decisão impõe uma revisão da governança de créditos pelas empresas."

Para o advogado André Melo, sócio do Cescon Barriou, os casos da 1ª Turma citados no voto do ministro Falcão não têm o mesmo escopo do da 2ª Turma. "Os precedentes que ele cita discutiram se o prazo de compensação fica interrompido entre o pedido de habilitação e o deferimento do crédito, situação totalmente diferente", afirma. "A premissa que se baseia para mudar o entendimento e fazer o overruling estaria pautada em situação que não é a discutida no caso."

De acordo com Melo, muitos contribuintes não usaram todos os créditos da "tese do século" porque ela demorou a ser fixada por completo - houve intervalo de quatro anos entre o julgamento do mérito e a modulação. "Determinados setores tiveram bilhões reconhecidos e existe uma dificuldade de escoar, não está atrelado a uma manobra ou má-fé do contribuinte de se tornar inerte e

demorar para compensar", diz.

A advogada Juliana Lemos, sócia do Trench Rossi Watanabe, lembra que a jurisprudência do STJ era consolidada para permitir o uso dos créditos até se esgotarem (REsp 1480602 e REsp 1739879). "Se impõe um limite para terminar o uso dos créditos dentro de cinco anos, de certa forma, se restringe a própria decisão que reconheceu os créditos", afirma.

Ela diz que a Lei nº 14.873, de 2024, aliado a um "perguntas e respostas" da **Receita Federal**, protege contribuintes com créditos acima de R\$ 10 milhões, pois ela permite se compensar após os cinco anos. "Mas até que ponto a Receita não vai mudar o entendimento dela também, depois dessa mudança de jurisprudência?"

A recomendação dela é que empresas que pretendem usar os créditos em longo prazo entrem com ação declaratória de repetição de indébito e não mandado de segurança - que só permite a compensação. "Por meio da ação declaratória, autoriza-se também o pagamento via precatório."

Procurada pelo Valor, a Procu-radoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) preferiu não comentar a decisão. A Petrobras não deu retorno até o fechamento da edição.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188220?page=14§ion=2>

Receita libera R\$ 11 bilhões de restituição

Brasília - Cerca de 6,3 milhões de contribuintes que entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2025 nas primeiras semanas do prazo acertaram as contas com o Leão. Na sexta-feira (30), a **Receita Federal** liberou o primeiro dos cinco lotes de restituição deste ano, o maior da história em número de contribuintes e em valor. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 6.257.108 contribuintes receberam R\$ 11 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, foi para contribuintes com prioridade no reembolso.

As restituições foram distribuídas da seguinte forma:

- 2.375.076 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix;
- 2.346.445 contribuintes de 60 a 79 anos;
- 1.096.168 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;
- 240.081 contribuintes acima de 80 anos;
- 199.338 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave.

Embora não tenham prioridade por lei, os contribuintes que usaram dois procedimentos em conjunto, pré-preenchida e Pix, passaram a ter prioridade no recebimento da restituição neste ano.

A consulta pode ser feita na página da **Receita Federal** na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita para tablets e smartphones.

O pagamento foi feito na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. (ABr) %

Site: <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

Juros do consignado disparam

No primeiro mês completo de operação do novo consignado privado, a concessão de novos empréstimos para trabalhadores CLT e as taxas cobradas na modalidade dispararam, segundo dados divulgados pelo Banco Central.

Em abril, a taxa média cobrada no consignado privado atingiu 59,1% ao ano, contra 44% ao ano nos 30 dias anteriores. É o maior patamar da série histórica do BC, iniciada em março de 2011.

Quase R\$ 5,6 bilhões foram emprestados em abril, contra R\$ 2,25 bilhões liberados nessa linha de crédito um mês antes - a alta, de 148,7%, foi impulsionada pela nova modalidade do consignado para trabalhadores com carteira assinada, lançada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no fim de março.

A elevação do juro médio nessa nova linha de crédito contraria a expectativa do governo de que as taxas cobradas dos trabalhadores com carteira assinada ficassem semelhantes às praticadas no consignado para **servidores públicos** (26,3% ao ano) e para beneficiários do **INSS** (24% ao ano).

O chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou que, enquanto **servidores públicos** têm estabilidade e aposentados e pensionistas do **INSS** recebem seus benefícios de forma permanente, os trabalhadores com carteira assinada podem ser demitidos. Segundo ele, esse fator entra na avaliação de risco feita pelas instituições financeiras quanto ao perfil dos clientes.

"[As taxas de juros cresceram] provavelmente porque os bancos avaliaram que esse leque de [novos] clientes tinha um perfil de endividamento ou de condições de pagamento pior do que aqueles que já estavam nessa modalidade. E eles quiseram aumentar a taxa de juros para novas contratações", afirmou Rocha.

O técnico do BC afirmou também que, em abril, o uso da garantia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ainda não estava em plena operação. As regras da nova linha de crédito preveem o uso de até 10% do saldo no FGTS do trabalhador como garantia de pagamento, além de 100% da multa rescisória em caso de demissão sem justa causa (equivalente a 40% do valor do saldo).

"É razoável esperar que, quando a opção de garantia

do FGTS estiver plenamente operacional, esse movimento [de alta de juros] se reverta", acrescentou Rocha.

Migrações Desde o dia 25 de abril, o trabalhador que já tem empréstimo com desconto em folha pode pedir migração do contrato existente para o novo modelo. Começou a valer também, no último dia 16, a portabilidade de dívidas entre bancos no novo consignado.

Trabalhadores com dívida no antigo consignado privado ou no Crédito Direto ao Consumidor (CDC), com juros mais altos, podem levar o empréstimo para a instituição que oferecer melhores condições de crédito. Mas, só a partir de 6 de junho, todas operações poderão ser feitas pela Carteira de Trabalho Digital.

Os dados do BC mostram também que o saldo do crédito consignado para trabalhadores do setor privado cresceu 7,4% em abril, alcançando R\$ 45,3 bilhões - o maior da série histórica para essa modalidade. Em março, o estoque era de R\$ 42,2 bilhões.

A corrida pelo novo consignado privado preocupa os economistas, que alertam que a injeção de recursos na economia estimula a atividade e dificulta o trabalho do BC no controle da **inflação**.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, calcula que o crédito consignado CLT deverá ter um impacto positivo de ao menos 0,9 ponto percentual no Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2026.

O Comitê de Política Monetária (Copom) disse ter incorporado em seu cenário de referência "algum impacto" das alterações do consignado privado. "Ainda há muita incerteza sobre qual será o efeito total do programa, que ainda se encontra em período inicial, então o comitê acompanhará os dados atentamente para refinar os impactos estimados sobre o mercado de crédito e sobre a atividade", afirmou.

O colegiado do BC disse também que essa medida representa "possivelmente" uma alteração estrutural no mercado. "Tais medidas serão devidamente incorporadas para a determinação apropriada da restrição monetária necessária para a convergência da **inflação** à meta",

saibamais

» Na nova modalidade de crédito, que acaba com a necessidade de convênio entre empresas e bancos, o trabalhador poderá comprometer até 35% de seu rendimento mensal com o consignado CLT, incluindo salário-base, benefícios, abonos, comissões, gratificações e outros adicionais.

» O desconto das parcelas é feito diretamente na folha de pagamento, o que traz menos risco de calote para a instituição bancária. Se o trabalhador mudar de emprego, o desconto em folha para quitar as parcelas será feito no novo salário.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-65d851427e109c75b5c2b2a28333c25f.pdf

Previdência complementar: um aumento infeliz - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

O governo, no seu desespero para aumentar de qualquer jeito a arrecadação, deu uma bordoadada na sociedade brasileira e aumentou sem pensar nas consequências a alíquota do IOF de várias operações. A medida foi tão errada que antes de acabar a noite do primeiro dia de sua vigência já havia sido modificada, com a revogação da incidência do IOF sobre as aplicações em fundos internacionais. A equipe econômica não atentou que na prática ela significava controle de capitais, o que mostra a falta de critério com que o decreto foi baixado.

O setor de seguros foi atingido diretamente com o aumento para 5% da alíquota incidente sobre as aplicações acima de R\$50 mil dos planos de **previdência complementar** aberta. Tudo bem, é um absurdo, mais uma vez a medida mostra a falta de visão das pessoas envolvidas na sua elaboração.

A incidência da nova alíquota é sobre aplicações de mais de R\$50 mil, então basta o investidor fazer várias aplicações de R\$49 mil, em diferentes planos de **previdência complementar** aberta. Como os valores estão abaixo do teto do decreto, a nova alíquota não incide sobre eles.

Além disso, ainda que houvesse a incidência, seria impossível controlar o fluxo das aplicações porque os planos de previdência privada aberta não têm um programa que permita que falem entre si.

Ou seja, o governo não tem como fazer a fiscalização das aplicações para a cobrança da nova alíquota. Entre secos e molhados, a medida é impraticável, mas serve para desgastar o governo com a classe média, a grande aplicadora nos fundos de **previdência complementar** aberta e, reconhecidamente, grande formadora de opinião.

Não bastasse tudo isso, a ação mostra o desespero do governo em conseguir aumentar sua arrecadação.

Não cabe aqui discutir as razões do desespero do governo, nossa proposta é analisar a impertinência da medida e mostrar que a razão mais forte para ela ser

um tiro no pé é a função indireta da previdência privada.

A previdência privada foi criada para aumentar o vencimento dos aposentados, complementando os valores pagos pela **previdência social** com uma renda extra, gerada por um fundo amealhado pelo investidor ao longo de vários anos de aplicação.

Este fundo é composto por investimentos regulares que geram uma quantia importante que fica durante anos aplicada em várias modalidades de papéis. Grande parte deste dinheiro é investido em títulos do governo, ou seja, ele financia a dívida pública e viabiliza os investimentos de longo prazo indispensáveis para a criação da infraestrutura nacional.

Ao taxar os aportes nos planos o governo espanta os investidores que procurarão outras modalidades de aplicação, isentas dessa aberração para investir seu dinheiro.

Há um forte movimento no Congresso e na iniciativa privada para revogar a medida e restabelecer as regras vigentes antes de sua promulgação. Seria fantástico se o governo se antecipasse e fizesse isso rapidamente por conta própria. Eu sei que é um sonho, mas é preciso não perder a esperança, de repente um pouco de bom senso entra por engano nos gabinetes de Brasília. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem vínculo empregatício, freelancer tem um desafio maior para lidar com finanças

ISABEL QUEIROZ* * SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELÓ

Trabalhar sem carteira assinada deixou de ser exceção e se tornou a realidade de muitos brasileiros. O trabalho por conta própria - seja prestando serviços ou vendendo produtos sem vínculo empregatício - faz parte do cotidiano de profissionais autônomos e freelancers. Embora o freelancer seja uma categoria dentro do trabalho autônomo, o que o diferencia é a natureza temporária e rotativa das atividades: eles costumam atuar em projetos pontuais, com demandas que variam de acordo com o cliente ou o período. Em comum, ambos enfrentam um desafio constante: lidar com a instabilidade financeira e organizar um orçamento em meio a rendimentos irregulares.

Em busca de mais liberdade criativa, flexibilidade de horário e, muitas vezes, um potencial de renda maior, muitas pessoas optam por modelos de trabalho fora do regime CLT. No entanto, essa escolha também implica abrir mão de benefícios importantes, como a segurança jurídica e a estabilidade financeira. Como em tantas outras decisões da vida, é preciso colocar na balança o que faz mais sentido para seus objetivos e estilo de vida.

Entre as vantagens de ser um profissional autônomo está o fato de que os lucros da atividade vão diretamente para o empreendedor, o que oferece uma possibilidade real de crescimento pessoal e financeiro. Já entre as desvantagens, a especialista em educação financeira com neu-rociência, Cinara Santos, destaca não só a instabilidade financeira, com grandes oscilações nos ganhos mensais, mas também a sobrecarga de funções. Muitas vezes, o trabalhador é responsável por tudo: finanças, comunicação e execução do trabalho - o que pode gerar exaustão e até comprometer a qualidade da entrega. E, o mais complexo, é a ausência de benefícios trabalhistas.

Na prática, ter uma reserva de emergência é essencial para qualquer pessoa, mas se torna ainda mais necessário para quem tem uma renda instável. Especialistas como Cinara recomendam guardar pelo menos 10% da renda mensal - ou o mínimo possível quando essa porcentagem não for viável. O importante, segundo ela, é criar o hábito de poupar: "Criar uma reserva financeira é uma forma de lidar com a instabilidade típica do empreendedorismo. Nos

meses em que o faturamento é mais baixo, essa reserva pode complementar a renda ou socorrer em imprevistos. Todo planejamento, inclusive para pessoas que não empreendem, deve incluir uma quantia destinada à poupança".

Poupança 'Imprevistos'

"Imprevistos" é exatamente o nome dado por Marlon Chagas à sua poupança. Modelo e produtor cultural, ele atua como freelancer em diversas áreas da cultura, como teatro, cinema, audiovisual e eventos: "Tenho uma poupança específica chamada 'Imprevistos'. Esse nome já diz tudo. Guardo valores nela todos os meses e recorro a ela em períodos de baixa demanda ou quando surgem situações inesperadas". Ele ressalta que a estratégia funciona porque foi construída com antecedência e disciplina, tornando-se um apoio fundamental nos momentos de aperto.

Para manter o controle financeiro, Marlon se organiza por meio de planilhas e destina 30% do que recebe para sua poupança de imprevistos: "Às vezes, um trabalho é realizado hoje e só será pago em dois ou três meses. Ter uma reserva é o que garante a sobrevivência nesses períodos". Outro ponto essencial, segundo ele, é a busca constante por novas fontes de renda: "O principal desafio de quem trabalha sem carteira assinada é não saber quanto vai receber no mês seguinte. Por isso, é fundamental estar sempre em movimento: inscrever-se em editais, manter redes de contato, prospectar projetos".

Cinara também destaca a busca por renda extra como uma alternativa importante: "O empreendedor pode aproveitar seus conhecimentos para dar aulas, oferecer outros serviços ou outras atividades paralelas. Por exemplo, uma doceira pode, além de vender seus produtos, oferecer cursos online de confeitaria". Ela acrescenta que até mesmo investir em atividades diferentes pode ser uma boa estratégia - afinal, essa é uma das vantagens de ser autônomo: a liberdade de explorar diversas áreas.

Para lidar com essas questões, a separação entre pessoa física e jurídica se mostra uma das melhores estratégias. Cinara, que trabalha com mentorias e cursos de gestão financeira para MEIs, explica que uma das vantagens do CNPJ é justamente garantir alguns direitos: "Ao formalizar o negócio como MEI, o

empreendedor já garante alguns direitos, como **previdência social**, aposentadoria e cobertura em caso de acidente de trabalho ou doenças ocupacionais". Além disso, a formalização ajuda a organizar melhor as finanças, promovendo a separação entre vida pessoal e profissional.

Esse é um conselho compartilhado por Elde Oliveira, CEO da Advice Group e especialista em contabilidade e desenvolvimento de negócios: "Esse é um princípio básico da contabilidade, o da entidade. Misturar contas pessoais e profissionais é uma das maiores armadilhas de quem trabalha por conta própria. Essa prática gera confusão e impede que o empreendedor saiba se está tendo lucro, se pode investir ou se está retirando dinheiro do próprio negócio. O ideal é ter contas bancárias separadas e definir uma retirada mensal, como um 'salário', para avaliar a rentabilidade do negócio com clareza". A parte mais importante da organização é a cautela e planejamento.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_0B90F736C8EB23D40EE3D4BFA5465E5F90E4895BA777B1F4D51CDB5EC2DDF2782823C61254DAC2BB58954E46A987D27D153C9D778DE81BF09AF9DCB79D191DD6B18C319F23AF504C678E7B393CE14E16AC2DC14A29056D2DF0AA18B820A0AE50F35386DA37B7E8CF9DADC27A2FA7FADAF583791D0E6F077190272

Aposentado será ressarcido com recursos públicos

Brasília - O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse na sexta-feira (30) que o governo federal vai usar recursos públicos para ressarcir os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que tiveram descontos indevidos em seus benefícios. Depois, o dinheiro voltará aos cofres da União a partir da venda dos bens apreendidos das entidades fraudadoras.

"Evidentemente que o governo não vai ficar esperando de braços cruzados os aposentados serem ressarcidos por essas entidades. O que vai acontecer? O governo federal vai pagar com recursos da União e nós vamos nos ressarcir dessas entidades a partir da venda dos bens bloqueados. Essa é a prescrição que está colocada na nossa proposta", disse ele.

Segundo Messias, o governo deve anunciar na próxima semana o calendário de pagamentos dos beneficiários, a partir de um acordo que está em fase de finalização junto com a Defensora Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF). "É muito importante que a gente possa fazer esse pagamento da forma mais segura possível, porque temos que garantir o direito de regresso da União contra as entidades que fraudaram aposentados e pensionistas", afirmou. "O que nós não podemos é pagar os aposentados e não ter condição de ter o ressarcimento garantido para os cofres da União", emendou.

A ideia é que o ressarcimento seja feito em lotes, mas o ministro não adiantou valores. A partir do dia 4 de junho deve haver um cenário mais preciso sobre o montante a ser devolvido.

Correios - Aposentados e pensionistas do **INSS** já podem consultar, contestar e acompanhar a análise de descontos indevidos em seus benefícios diretamente nas agências dos Correios. A iniciativa busca ampliar a rede de atendimento presencial aos beneficiários, especialmente em localidades sem unidades próprias do **INSS**.

São 4.730 agências dos Correios que vão atender segurados que têm dificuldade em usar internet ou que preferem atendimento presencial. A lista pode ser acessada no site do instituto (gov.br/**INSS**), no site dos Correios ou pelo telefone 135.

A parceria prevê protocolos de segurança, com

atendimento feito exclusivamente por profissionais treinados em unidades próprias dos Correios.

Todos os dados dos beneficiários são tratados com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo confidencialidade e rastreabilidade.

Para regiões ainda não atendidas pelas agências habilitadas, estão sendo planejadas ações itinerantes e mutirões de atendimento.

No atendimento presencial, os 2025aposentados e pensionistas poderão consultar se tiveram desconto e contestar os valores não autorizados. Em um prazo de 15 dias, poderão saber se o pedido foi aceito.

Caso o segurado não consiga ir à agência, por uma doença por exemplo, um representante pode ir com procuração autenticada. Mas só terá acesso à consulta, sem possibilidade de alterar os dados.

O **INSS** e os Correios alertam que nenhum funcionário está autorizado a ir até a casa dos beneficiários. Também não é feito contato por Whatsapp, SMS, e-mail ou ligação por telefone. (Estadão Contéudo/ABr) %

Site: <https://centrالدoleitor.diariodocomercio.com.br>

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A URGÊNCIA DA INCLUSÃO REAL

(Artigo)

ARIANE MALDONADO*

O Censo Demográfico de 2022, divulgado no último dia 23 de maio, trouxe à luz um dado que deveria ocupar o centro do debate público: o Brasil tem hoje 14,4 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o equivalente a 7,3% da população com dois anos ou mais de idade. Por trás dessa estatística há realidades complexas, muitas delas marcadas por desigualdade, desinformação e negligência institucional.

Os dados do IBGE mostram que a deficiência

- definida como grande dificuldade ou impossibilidade de enxergar, ouvir, andar, manusear objetos ou exercer funções mentais - é mais prevalente entre mulheres (8,3 milhões) e pessoas pretas (8,6 milhões). A concentração no Nordeste (8,6% da população da região) expõe a interseção entre deficiência e pobreza, indicando que a vulnerabilidade social é, muitas vezes, o terreno fértil onde nascem e se agravam essas limitações.

Esse cenário impõe um desafio ao sistema de **seguridade social** brasileiro, cuja resposta, embora prevista em lei, ainda está distante da efetividade. Existem mecanismos como a aposentadoria especial por idade ou tempo de contribuição, calculada conforme o grau da deficiência, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade sem histórico contributivo. Também há o Auxílio-Inclusão, uma tentativa recente de incentivar a permanência no mercado de trabalho.

Aposentadoria por idade, por exemplo, exige 15 anos de contribuição ao **INSS**, com idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 para homens. Já a aposentadoria por tempo de contribuição varia conforme o grau da deficiência

- grave, moderada ou leve -, permitindo aposentadorias a partir de 20 anos (mulheres) ou 25 anos (homens), nos casos mais severos.

Contudo, entre o direito e o acesso a ele existe uma lacuna significativa. Muitos brasileiros com deficiência

sequer conhecem esses benefícios.

A burocracia, a escassez de orientação especializada e a dificuldade de compreensão das normas e procedimentos criam um bloqueio silencioso, que restringe o exercício pleno da cidadania. A informação, nesse contexto, torna-se uma ferramenta essencial - e, infelizmente, ainda subestimada.

O Estado tem a responsabilidade não apenas de garantir benefícios sociais, mas de torná-los acessíveis no sentido mais amplo do termo: com linguagem compreensível, canais de atendimento eficazes, material adaptado para pessoas com deficiência visual ou auditiva e orientação nos serviços públicos básicos, como postos de saúde, escolas e centros de assistência social.

A sociedade, por sua vez, precisa superar a ideia de que inclusão é apenas oferecer apoio. Inclusão exige reconhecimento, escuta ativa e participação plena dessas pessoas em todas as esferas da vida social. É também papel dos meios de comunicação e da imprensa - como este jornal - manter o tema na pauta e colaborar para que a informação circule de forma responsável e acessível.

O Brasil avançou em marcos legais e institucionais, mas ainda está distante de garantir a todas as pessoas com deficiência o direito de viver com autonomia e dignidade. O caminho rumo à inclusão plena passa, necessariamente, pela valorização da informação e pela garantia de acesso aos mecanismos de proteção social.

*Advogada e sócia do escritório Lopes Maldonado Advogados

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/pagina/1>

PREJUÍZO DOBRADO

ãk crise financeira dos Correios alcançou novo patamar. A estatal registrou prejuízo de R\$ 1,72 bilhão no primeiro trimestre, o que significa mais do que o dobro das perdas apuradas de janeiro a março do ano passado (R\$ 801 milhões). A divulgação do balanço não detalha causas do desempenho, mas os números da empresa mostram que ela teve o pior resultado para um primeiro trimestre desde 2017. Os últimos anos foram marcados por perdas (e problemas) em série e desde 2022 os Correios fecham as contas no vermelho. A estatal é chefiada por Fabiano Silva dos Santos, ligado ao Prerrogativas, grupo de advogados simpáticos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A estatal se converteu em um foco de tensão no governo, diante da combinação de receita em queda, prejuízos crescentes e forte concorrência no mercado de entregas. As estatísticas do balanço se traduzem em uma operação no dia a dia na qual funcionários e terceirizados relatam atrasos em pagamentos de fornecedores, problemas na manutenção de agências e falta de material de trabalho em algumas localidades. A empresa disse, em nota, que tem adotado ações para garantir o equilíbrio financeiro e assegurar a manutenção da qualidade dos serviços.

Nos resultados do primeiro trimestre, a empresa diz que "a continuidade operacional dos Correios está assegurada para o ano de 2025". Em outro trecho, reforça que "a natureza estatal da empresa e a proteção legal, que impede sua descon-tinuidade, reforça a sua estabilidade operacional, garantindo a continuidade das atividades mesmo diante de desafios economicos.

NAMIRAD0TCU

O quadro contábil pode ser ainda mais negativo. A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que a estatal usou mecanismo em desacordo com normas técnicas que levou à redução do prejuízo da estatal, em 2023. Relatório sigiloso da área técnica da Corte, ao qual O GLOBO teve acesso, aponta irregularidade ao efetuar a baixa de uma despesa de R\$ 1,032 bilhão.

A cifra estava provisionada (reservada) no balanço para fazer frente ao pagamento de adicional de periculosidade para os funcionários da estatal em atividades externas. O pagamento é questionado na Justiça, e a direção da estatal transformou a dívida em um valor simbólico de R\$ 18, em referência às 18 ações coletivas sobre o tema.

A decisão foi tomada com base em uma liminar, portanto, antes do desfecho do processo. Com isso, o prejuízo dos Correios em 2023 ficou em R\$ 663,5 milhões. Se o valor total da dívida fosse provisionado, o resultado seria negativo em R\$ 1,6 bilhão. No relatório, que ainda é preliminar e precisa passar pelo plenário do TCU, auditores propõem que a empresa refaça a contabilidade em um prazo de 90 dias.

A auditoria transcorreu no segundo semestre de 2024, mas as explicações da empresa foram consideradas insuficientes pela equipe técnica.

"Verificou-se que a reversão (da previsão no balanço) foi realizada em desconfor-midade com normas contábeis e com as diretrizes previstas na cartilha interna de contingências da própria empresa", diz parecer técnico do TCU.

Em nota, a empresa afirma que obalanço está "em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público e com respaldo jurídico", que "não há qualquer irregularidade no procedimento adotado" e que acompanha "com tranquilidade" a análise do TCU.

ANACSUSPENDEVOOS

Em outra frente, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) determinou a suspensão de voos dos Correios a partir de quarta-feira por questões relacionadas ao transporte de produtos perigosos. Os serviços são prestados por terceiros. A companhia e a agência estão em conversas para evitar a parada e está prevista uma reunião amanhã. Em nota, os Correios afirmaram que estão "comprometidos com o cumprimento integral da legislação vigente" e que o problema decorre "de práticas herdadas de gestões anteriores".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Em-

presa Brasileira de Correios e Telégrafos de São Paulo (Sintect-SP), Elias Divisa, afirma que as reclamações sobre falta de material nas agências são generalizadas:

-Recebo direto reclamações dos trabalhadores, faltando manga (papelão), du-rex e até envelope nos caixas para Sedex. Faltam empilhadeiras nos centros de distribuição de cargas.

Neste ano, parte das empresas transportadoras

terceirizadas já fez paralisação e alegou falta de pagamento. A situação foi regularizada, mas o problema resultou em acúmulo de cargas nos centros de distribuição.

A empresa afirma que está adotando medidas de otimização de custos, como parte de um plano de sustentabilidade e eficiência operacional. "O pagamento aos fornecedores tem sido feito de forma gradual. A empresa também está realizando a revisão de contratos", diz o texto. "A estatal está adotando uma série de ações corretivas e contingenciais para garantir a regularização dos prazos e minimizar impactos nas entregas. Além disso, a empresa está ampliando sua capacidade de distribuição, com operações extras aos fins de semana, e monitoramento diário e dedicado da evolução das entregas", disse, em nota.

DÍVIDA COM OPOSTALIS

As medidas contemplam o encerramento de unidades instaladas em imóveis alugados e localizadas em áreas onde há sobreposição de cobertura por outras agências próximas. "Essa reestruturação é realizada com base em critérios técnicos e operacionais, e não implicará prejuízo à população nem impactará as metas de universalização postal", garante a estatal.

No Rio, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Sintect-RJ), Marcos SantAguida, foram fechadas 17 unidades, sendo a maioria em locais cedidos pelas prefeituras, sem custo com aluguel.

Em outra frente, a empresa está devendo duas mensalidades ao fundo de **previdência complementar** de seus funcionários, o Postalís, no valor total de R\$ 274 milhões. O atraso se refere à parte patronal.

O atraso gerou receio entre os trabalhadores, o que obrigou o Postalís a divulgar nota na qual afirma estar "em contato direto e constante com os Correios para tratar do atraso no repasse de contribuições da patrocinadora aos planos de **previdência complementar**". A empresa não comentou.

Apesar de os Correios terem anunciado um Plano de Demissão Voluntária (PDV), fel-tam carteiros, relatam funcionários. Na cidade de Caraá (RS), de oito mil habitantes, existe agência, mas não há quem faça entregas. As pessoas buscam cartas e encomendas na agência, disse o funcionário Carlos Alberto Duarte, do movimento Ativismo Sindical Trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Sul.

Sobre a falta de carteiros, a empresa informou que a

"convocação dos candidatos aprovados em concurso público será realizada de acordo com a necessidade da empresa e a ordem de classificação".

No governo de Jair Bolsona-ro, a empresa foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND), mas a proposta não avançou no Congresso. Ao assumir, Lula retirou os Correios do programa.

Ao todo, são 83 mil funcionários e dez mil agências. A empresa anunciou adiamento de férias, retomo ao expediente presencial e plano de demissão voluntária. A meta é reduzir o quadro de pessoal para 80 mil e economizar R\$ 1,5 bilhão com ajustes nas áreas administrativa e operacionais.

A Federação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Correios e Telégrafos (Fentect), que reúne 30 sindicatos, recorreu e obteve liminar contra a suspensão das férias agendadas para este ano.

"TAXAÇÃO DAS BLUSINHAS"

Segundo a empresa, apenas 15% das agências são supera-vitárias. A estatal cita ainda investimentos de R\$ 830 milhões ao longo de 2024 e R\$ 1,6 bilhão desde 2023, ano em que a nova gestão assumiu.

Outro argumento dos Correios para a crise é a perda no faturamento com a "taxação das blusinhas" tributação de compras internacionais abaixo de US\$ 50 de plataformas como as asiáticas, em 2024.

Os Correios eram remunerados por essas empresas porque havia, na prática, isenção para compras em valores mais baixos. Com a tributação, é mais vantajoso para elas contratar transportadoras ou montar estrutura própria.

Mas para Márcio Holland, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), essas explicações não bastam:

-Dinheiro não dá em árvore. A Lei das Estatais é muito clara: empresa pública precisa cumprir função social, mas ser economicamente sustentável.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Os desafios impostos pelas barreiras digitais

A aposentada Elzanira Machado, de 62 anos, sabe bem das dificuldades das pessoas idosas ao tentar acessar os serviços digitais da **Previdência Social**. "Olha, eu já tentei sim entrar no aplicativo, mas às vezes, parece que tem muito acesso e não entra de jeito nenhum, né? Eu tenho que ter uma pessoa do lado, sabe? Para sempre estar me falando o que que tem que fazer", contou Elzanira.

A pandemia de covid-19 acelerou a digitalização dos serviços digitais do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), tornando o agendamento presencial dependente de canais remotos, como o telefone 135 e o aplicativo Meu **INSS**.

O Brasil tem aproximadamente 33 milhões de pessoas idosas, das quais 23,5 milhões recebem aposentadoria, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nascidos até 1965, muitos cresceram sem internet e enfrentam dificuldades ao lidar com os recursos digitais.

A professora de direito da Universidade do Contestado Adriane Nieglinski avalia que, apesar da digitalização ter agilizado trâmites burocráticos, trouxe junto novos obstáculos para dentro do núcleo familiar. "Para alguém que nunca teve acesso a um conteúdo digital, o acessar começa no simples ligar o sistema, ligar um equipamento.

Então, a dificuldade é muito maior", explica Nieglinski.

Ela e a advogada Nicoli Farias escreveram um artigo científico publicado em 2024 sobre possíveis restrições do acesso da população idosa à **Previdência Social**. O interesse pela pesquisa partiu de Nicoli, para investigar melhor as dificuldades que testemunhou ao estagiar em uma agência do **INSS** em 2019. Naquele ano, o atendimento era espontâneo, ou seja, não precisava ser agendado on-line.

"Realmente, na prática, ver essas dificuldades me incomodava, porque eu gostaria de poder ajudar mais. Eles têm receio de clicar, de fazer alguma coisa errada. Eu percebia muito esse medo deles", recorda Nicoli.

Como advogada, Nicoli se especializou em direito previdenciário e entende que o problema é tanto geracional quanto socioeconômico.

Não ter um celular na infância ou não ter tido condições financeiras para comprar um computador

impactaram a vida adulta de muitos idosos.

Esse medo aparece, muitas vezes, na hora de digitar uma senha, como conta Elzanira Machado, que prefere pedir o apoio da filha e do genro toda vez que precisa usar algum serviço do governo. "Eu acho superdifícil.

Às vezes, tem tanta senha, senha pra isso, senha para aquilo. Tem tantas especificações que a gente se perde", lamenta Elzanira (Da Agência Brasil).

Acesso remoto não substitui presencial

Em abril deste ano, o acesso ao aplicativo Meu **INSS** se tornou ainda mais necessário após a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União revelarem um esquema criminoso de descontos de mensalidades associativas em benefícios do **INSS**, principalmente relacionadas às aposentadorias e pensões. Entre 2019 e 2024, as entidades cobraram de aposentados e pensionistas um valor estimado de R\$ 6,3 bilhões.

Para minimizar os danos, o **INSS** enviou no dia 13 de maio, exclusivamente pelo aplicativo Meu **INSS**, notificações a 9 milhões de segurados que tiveram ou tinham algum tipo de desconto associativo em folha. Dezesesseis dias depois, no balanço da quinta-feira (29), o Ministério da Previdência informou que o número de segurados que pediram a devolução do dinheiro descontado sem autorização chegou a 2.354.000, e que cerca de 61 mil afirmaram terem autorizado o débito.

Como o número de interações tem subido aos poucos, pode-se estimar que ainda restam entre 6 milhões e 7 milhões de segurados teoricamente notificados que não se manifestaram por alguma razão desconhecida. Os motivos podem ser vários: desconhecimento, falta de uso do aplicativo ou alguma dificuldade de acesso.

Afinal, como defende Nicoli, a disponibilidade em si dos serviços digitais não pode ser entendida como sinônimo de autonomia.

O que a advogada vivenciou na agência do **INSS** aponta o sentido inverso. "Então, o atendimento presencial deixava eles muito mais seguros, facilitava essa questão de poder se inserir, de ter acesso à informação e até uma própria autonomia", compara. Por isso, tanto Nicoli quanto Adriane defendem um modelo que alia acesso digital à possibilidade de atendimento humano.

Luanna Roncaratti, da Secretaria de Governo Digital, explica que os normativos do Executivo determinam que os serviços digitais não podem substituir os meios presenciais, quando necessário. No caso do uso da conta única gov.br, eles estão testando um projeto-piloto desde 2024, o Balcão Gov.br, com pontos de atendimentos físicos espalhados pelo país (Da Agência Brasil).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-65d851427e109c75b5c2b2a28333c25f.pdf

Desligamentos programados de energia

» Plano Piloto

CURSOS

EaD gratuito

O projeto Esperançar da União Brasileira de Educação Católica (Grupo UBEC) está ofertando 29 formações de curta duração em áreas como direitos humanos, liderança, educação, ética e responsabilidade, tecnologia e gestão ambiental. As aulas são destinadas a pessoas que desejam atualização e formação continuada. Os cursos têm carga horária de 15 horas cada e todos são certificados pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Informações pelo site esperancar.catolica.edu.br.

OUTROS

Ciência

O edital da quarta edição do Prêmio FAPDF de Ciência, Tecnologia e Inovação está disponível e a submissão de trabalhos vai até 15 de julho. Com investimento de R\$ 157 mil, os prêmios individuais variam entre R\$ 2 mil e R\$ 12 mil. A iniciativa contempla oito categorias: Pesquisador Destaque; Pesquisador Inovador; Estudante Destaque; Startup Inovadora; Profissional de Comunicação; Iniciativa GovTech; Servidor Destaque; e Bolsista de Iniciação Científica e Tecnológica. Podem participar pesquisadores, estudantes do ensino médio, comunicadores, **servidores públicos** e representantes de startups da capital e da Ride. Mais informações no site fap.df.gov.br.

Pintura

A galeria Parangolé, no Espaço Cultural Renato Russo, na 508 Sul, recebe até 20 de julho a mostra gratuita A leveza do ser, da artista brasileira Victoria Serebnicki. São 18 obras inéditas, além de um vídeo, explorando a pintura abstrata e a poética visual. A visitação é de terça-feira a domingo, das 10h às 20h.

Mostra virtual

Bororo vive é uma exposição virtual que se destaca como uma iniciativa voltada à valorização da cultura indígena ao promover o acesso a informações sobre um dos povos mais

Serviço: modernização e melhoria da rede elétrica

antigos do Cerrado. Lançada em 2017, a mostra permanece disponível, gratuitamente, na internet, com conteúdo acessível e bilíngue, no portal do Museu Virtual da Universidade de Brasília (UnB): museu-virtual.unb.br.

Turismo cívico

Moradores e turistas podem desfrutar gratuitamente de um city tour cívico na capital. Os ônibus saem do estacionamento norte da Torre de TV, de terça-feira a domingo, em quatro horários: 10h, 12h, 14h e 16h30. Cada viagem tem, em média, duas horas, com um limite de 36 pessoas. É preciso fazer um agendamento prévio no site brasiliareceptivo.com.br, mas existe possibilidade de encaixe, mediante disponibilidade de vagas. O tour sobe o Eixo Monumental, vai para o Setor Militar Urbano, desce pela Esplanada dos Ministérios e retorna à Torre.

Comédia do absurdo

Valvarius, a fraude, comédia do absurdo escrita pelo espanhol Rafael Sánchez Montojo, agora encenada pelo Teatro Caleidoscópio, estará no Minitatro Lie-ta de Ló (Rua Hugo Lobo, quadra 46, casa 790 Setor Tradicional, Planaltina), em 8 de junho, às 19h. Classificação indicativa: não recomendada para menores de 14 anos. Ingressos: R\$ 40 a inteira (mais taxa de R\$ 4) e R\$ 20 a meia (mais taxa de R\$ 2,50), à venda pelo site www.sympla.com.br.

Musical

O musical Uma Coisa Engraçada Aconteceu a Caminho do Fórum, estrelado por Miguel Falabella e com músicas de Stephen Sondheim, estará de 20 a 29 de junho no Teatro

Planalto (Centro de Convenções Ulysses Guimarães). A montagem é a primeira versão nacional do clássico da Broadway, com humor vibrante e ambientado nas farsas da Roma Antiga. Ingressos entre R\$ 19,50 e R\$ 400. Mais informações nos sites ulysses.tur.br e sympla.com.br.

Saúde

O Centro Universitário Uni-ceplac abre inscrições para serviços gratuitos oferecidos à comunidade. Estão disponíveis vagas para atendimentos dos cursos de medicina, odontologia, nutrição, enfermagem,

psicologia, medicina veterinária, pedagogia, fisioterapia e ciências contábeis. Os atendimentos são realizados por estudantes com supervisão de professores. Mais informações no site www.uniceplac.edu.br

Apoio jurídico

Alunos do curso de direito do Centro Universitário Estácio estão fornecendo apoio jurídico a pessoas com renda de até dois salários mínimos. Os futuros advogados auxiliam na área de direitos humanos, de família e penal. Os atendimentos são no Fórum de Samambaia, no espaço exclusivo do Núcleo de Práticas Jurídicas do campus da Estácio e na unidade localizada em Taguatinga Sul. O serviço está disponível de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h30. O auxílio funciona conforme o calendário acadêmico da instituição, com interrupção nos feriados e durante o recesso de julho (entre os dias 3 e 27).

Museu

Localizado no Pátio Brasil Shopping (piso P2), o Museu das Ilusões oferece uma experiência interativa, inteligente e divertida para todas as idades. Funciona de terça a sábado, das 10h às 22h, e aos domingos e feriados, das 13h às 19h. Ingressos: R\$ 80 (inteira) e R\$ 40 (meia), com promoções para grupos de três pessoas ou mais. Entrada permitida a partir de 5 anos; menores de 12 anos precisam de acompanhamento. Agendamentos e ingressos pelo site sympla.com.br.

Site:

<https://educacao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/06/02/all.pdf>

lata projeta passagem mais cara no Brasil com reforma tributária

B5

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188220?page=14§ion=2>

Quatro de cada dez empresas que exportam são pequenos negócios

Estevão Taiar De Brasília

Influenciado pela maior integração das cadeias produtivas, o percentual de pequenos negócios entre as empresas brasileiras exportadoras de bens passou de 28,6% para 39,6% entre 2014 e 2024, segundo levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realizado com números do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Já o número de pequenas empresas que importam passou de 37,6% para 50% no mesmo intervalo. Entram na conta microempreendedores individuais (MEI), micro e pequenas empresas.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, afirma que ainda é cedo para avaliar o impacto que a escalada tarifária global iniciada pelo presidente americano, Donald Trump, poderá ter sobre esse movimento. Mas destaca que "os produtos mais exportados pelas pequenas empresas não são os que estão sendo taxados", pelos EUA, o que é um ponto positivo. Entre os exemplos, ele menciona alimentos, bebidas, design e confecção.

Conforme publicou o Valor na semana passada, empresas americanas ligadas a setores como móveis e têxtil vêm aumentando nos últimos meses as sondagens para que fábricas brasileiras atuem como fornecedoras, caso se confirme uma guerra comercial entre EUA e China.

Lima também destaca a importância do Acredita Exportação, programa já aprovado pela Câmara dos Deputados e que está em tramitação no Senado. Apresentado pelo governo federal, o programa prevê que empresas inseridas no Simples Nacional recebam créditos tributários sobre exportações de bens até 2032, quando a implantação da **reforma tributária** sobre consumo será finalizada. Com isso, as empresas terão direito a 3% do valor exportado.

Na semana passada, em evento na Confederação Nacional da Indústria, o vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin, afirmou que o Acredita Exportação "é um estímulo a mais para a pequena empresa conquistar mais mercado ao poder exportar mais".

Em nota, o Mdic destaca, além do Acredita Exportação

e de outras iniciativas, as ampliações feitas em maio dos limites de receita com embarques para que micro, pequenas e médias empresas tenham direito ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE). Estudo divulgado pela pasta em 2023 mostrava que empresas que exportavam mais pagavam salários mais altos, tinham empregados com maior escolaridade e possuíam maior número de funcionários.

Já o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte afirma que acordos firmados desde o ano passado pela pasta com China e Colômbia poderão a aumentar a inserção internacional dos pequenos negócios. Esses acordos preveem, entre outras iniciativas, participações de pequenos negócios em feiras empresariais e o estabelecimento de canais para trocas de informações sobre tecnologia e financiamento.

"No horizonte próximo, a presidência brasileira do Mercosul, no segundo semestre de 2025, representa uma nova janela de oportunidades [para os pequenos negócios]", diz, afirmando que "está em pauta a reativação do grupo de trabalho de pequenas empresas do bloco regional, com grande potencial para expandir as exportações brasileiras no mercado sul-americano".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188220?page=2§ion=1>

IOF é o "bode na sala" para negociar emendas

DENISE ROTHENBURG

A insistência do governo em manter o decreto que ampliou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tem um objetivo político-econômico embutido: abrir o debate sobre o valor a que chegaram as emendas parlamentares e a necessidade de levar o Congresso a dar a sua parcela de contribuição no corte das despesas - além dos R\$ 7 bilhões anunciados na última semana. Desde o início deste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros palacianos e a equipe econômica reclamam que o valor destinado às emendas é muito alto. Agora, mais uma vez, o governo tentará forçar essa negociação.

O que se ouve entre os ministros é que "era preciso colocar esse bode na sala para levar o legislativo a negociar".

Até aqui, não foram poucas as vezes em que o governo quis elevar **impostos** para ver se o Legislativo aceitava reduzir o avanço sobre o Orçamento da União. Já foram vários projetos. Tentou-se mexer nas subvenções, na tributação de fundos fechados, no Pix, nas compras internacionais acima de US\$ 50. Alguns projetos ficaram pelo caminho, outros o governo conseguiu aprovar. A arrecadação continuou subindo com o respiro da economia e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No ano passado, por exemplo, o governo fechou dezembro com uma arrecadação de R\$ 2,7 trilhões, o maior valor registrado em 30 anos. Esse recorde representou um aumento real de 9,5% em relação a 2023, já descontada a alta da **inflação** no período. Ou seja: o Executivo não pode reclamar desse número. O problema é que as despesas também cresceram, embora não tanto quanto a arrecadação. Mas, para um governo que já apresentava deficit, não era possível. Só os programas sociais tiveram um aumento de 2,8% na despesa.

Diante do crescimento da despesa e das dificuldades de cortes, o governo cobiça os R\$ 50 bilhões que o Congresso controla, sendo a maioria deste valor de forma impositiva - ou seja, de liberação obrigatória.

E, até agora, por mais que tenha pressionado os parlamentares, o Palácio do Planalto não conseguiu

abocanhar essa parte do Orçamento para seus projetos. E é nesse contexto que vem agora o decreto que aumentou a taxa do IOF.

A esperança da equipe econômica é que os congressistas negociem algo que envolva as emendas, nesses 10 dias de ultimato dados pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Lula, que já foi cobrado por Motta a negociar o decreto que aumentou o IOF, se mostrou disposto a sentar para conversar. Ao discursar na presença do presidente da Câmara, no congresso do PSB, ontem, foi direto: "O governo tem de aprender que, quando quiser ter uma decisão que seja unânime, entre todos os partidos, o correto não é a gente tomar uma decisão e depois comunicar. [O certo] é chamar as pessoas para tomar a decisão junto com a gente para que a gente possa, quando chegar [na Câmara], as coisas estarem mais ou menos alinhadas", disse, na sequência de elogios que fez a Motta (leia mais na página 3).

Queda de braço O governo sabe que o Congresso tende a derrubar o decreto do IOF, caso não mude a proposta.

Nesse sentido, o país assistirá, esta semana, uma queda de braço. Numa ponta da mesa, o Executivo tentando convencer os congressistas a cortar ainda mais parte das emendas impositivas, para chegar aos R\$ 20 bilhões que o governo espera arrecadar com o decreto do IOF. Na outra, os congressistas pressionam o Executivo a tesourar despesas de ministérios e programas que se mostrem ineficientes.

Motta não pretende ir para essa mesa de negociação de mãos vazias. Ao mesmo tempo em que cobrou a presença de Lula nas discussões, criou grupos de trabalho para examinar os subsídios concedidos aos mais diversos setores, estudar a reforma administrativa e corte de despesas. E, de quebra, ainda pretende levar a voto o projeto que dá mais instrumentos para que o país corra atrás dos devedores contumazes, relatado pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). "É preciso que o país trate de correr atrás desses recursos que deixam de ser arrecadados dos devedores contumazes. Se fizesse isso, o problema do deficit estaria resolvido", afirma o

deputado.

No Congresso, é voz corrente que, desta vez, a negociação com o governo terá que ser no mérito das propostas. É que, com a popularidade em baixa e a eleição logo ali, o toma lá dá cá perde força.

"A governança da cooptação fracassou. É preciso construir um diálogo em outras bases", afirma Danilo Forte.

Vale lembrar que, no caso das emendas, o máximo que o Executivo conseguiu nos últimos anos foi obrigar que metade das propostas individuais sejam destinadas à área da saúde. Nem mesmo com o Supremo Tribunal Federal (STF) cobrando transparência total, os congressistas recuaram dos valores que controlam.

E tem muita gente dizendo que ainda não será desta vez que este recuo ocorrerá.

Na última quinta-feira, Motta disse ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e à ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) que o clima na Câmara é pela derrubada do decreto que aumentou o IOF. Lula, por sua vez, saiu em defesa do comandante da equipe econômica. "Ele sabe como que encontramos esse país administrado da forma mais irresponsável possível. E consertar isso leva tempo", disse, em um evento no Paraná, na quinta-feira. O ministro estava presente.

No Orçamento de 2025, a Saúde teve incremento de R\$ 4,9 bilhões em relação ao ano anterior, passando de R\$ 241 bilhões, em 2024, para R\$ 246 bilhões, neste ano. Educação, por outro lado, teve corte de R\$ 2,7 bilhões entre um ano e outro, passando de R\$ 200 bilhões para R\$ 197 bilhões, em 2025. Outras altas na peça orçamentária foram em Transferências a Estados, DF e Municípios (+ R\$ 15,6 bilhões); Previdência (+ R\$ 8,3 bilhões); Integração e Desenvolvimento Regional (+ R\$ 4,4 bilhões); Esporte (+ R\$ 2,2 bilhões); Agricultura (+ R\$ 2,1 bilhões); e Turismo (+ R\$ 1,9 bilhão). (Colaborou Israel Medeiros)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/02/all.pdf>

Tarifa social de energia é aposta para faturar politicamente

Rafael Bitencourt e Renan Truffi De Brasília

O governo atua em duas frentes para faturar politicamente com a gratuidade na conta de luz para 60 milhões de brasileiros prevista na medida provisória de reforma do setor (MP 1.300/25). O Valor apurou que a Secretaria de Comunicação Social (Secom), da Presidência, trabalha no lançamento de campanha, a partir de junho, em redes sociais e emissoras de rádio e TV.

"Luz do Povo" foi o nome dado ao novo formato da Tarifa Social. A escolha não agradou a todos, mas o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, deu a palavra final na discussão.

O Planalto já selecionou agência de publicidade. A ideia é usar música com apelo popular e atores representando consumidores que recebem felizes o benefício, dando um tchau para a fatura. Uma artista popular será sondada para interpretar a canção.

A gratuidade valerá para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e consumo mensal de até 80 quilowatts-hora (kWh). A nova Tarifa Social oferece ainda desconto de 12% para 21 milhões de famílias com renda mensal entre meio e um salário mínimo per capita. Elas deixarão de pagar CDE repassado às tarifas-o custo anual do encargo se aproximará de R\$ 50 bilhões neste ano.

Em outra frente, o ministério liderado por Silveira quer rebater críticas da indústria após o envio da MP 1.300/25 ao Congresso e cálculos de consultorias que apontam para elevação maior da tarifa da classe média.

A Abrace Energia, associação que representa a indústria eletrointensiva, alertou para o aumento de 20% no preço da energia. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antonio Ricardo Alban, se queixou da transferência do "custo social" para o encargo da CDE.

Na reforma do setor, o governo propôs a retomada gradual do critério isonômico de rateio da CDE. Em 2016, a MP 735 ofereceu estímulo à indústria com a redução do encargo. Previa-se que os consumidores da rede de alta tensão assumiriam apenas um terço do que é pago pela baixa tensão até 2030-as

residências e comércio pagariam até três vezes mais do que a indústria.

Agora, o governo propôs que o que está posto hoje pela antiga MP-a baixa tensão paga o dobro de CDE-seja mantido até 2029 e volte às condições isonômicas (um para um) até 2038.

O ministério quer disponibilizar novas informações sobre essa proposta, alegando que é a forma de ratear encargos na conta de luz adotada em todo mundo. A nota técnica, que embasou a MP, indica que o impacto de altano custo da energia atinge 58,4 mil consumidores da alta tensão, que representam 12,6% dos 463 mil consumidores industriais.

A CDE é o fundo que reúne os principais gastos com políticas públicas repassados para as tarifas. A maior parte não se justifica do ponto de vista técnico.

"Precisamos como país pensar na efetividade das políticas públicas e trabalhar para reduzir incentivos, **tributos**, mas também reduzir subsídios e encargos da energia", afirmou Paulo Pedrosa, presidente da Abrace Energia. Ele defende que a MP teria que vir acompanhada de fonte de receita para neutralizar o impacto para a indústria.

O presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso, defende que as tarifas devem, a rigor, refletir custos necessários para atender o consumidor. "A decisão deve fazer sentido econômico, mas naturalmente a tarifa não pode ser usada para salvar todo mundo, caso contrário ninguém paga a conta", disse Barroso, que já comandou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Sobre a alta na conta de luz da classe média, o MME vai reiterar que o aumento no mercado regulado (por distribuidoras) será da ordem de 1,4%. No caso daqueles que migrarem para o mercado livre, é projetada redução da ordem de 10% em cenário conservador.

"Tarifa não pode salvar todo mundo, senão ninguém paga a conta"

Luiz Barroso

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188220?page=22§ion=1>

Brasil terá mais um ano de PIB acima do potencial, diz Guardado

Anais Fernandes De São Paulo

Apesar de ter surpreendido um pouco para baixo, inclusive na agropecuária, o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil no primeiro trimestre ainda sugere atividade e, em especial, consumo sustentados, em um país que deve crescer este ano, de novo, acima do potencial. A avaliação é de Fernanda Guardado, economista-chefe do BNP Paribas para América Latina e ex-diretora de assuntos internacionais do Banco Central.

Sobre o segundo trimestre, ela diz que os dados disponíveis indicam que ele "começa bem forte". "O nosso viés é até de revisar ligeiramente o **PIB** do ano para cima, que nós temos em 2,4%", afirma. "Ainda vai ser um ano de crescimento acima do potencial, mesmo que nós enxerguemos uma desaceleração no segundo semestre, por causa da política monetária."

O diagnóstico bate com a perspectiva de uma **inflação** pressionada ao longo de 2025. Diante desse cenário, Guardado diz que o Banco Central deveria promover mais uma alta de 0,25 ponto percentual da Selic em junho e que, por outro lado, ele não deveria contar com eventual "ajuda" do aumento do IOF.

Segundo Guardado, o desafio fiscal deste ano é grande, e o cio próximo, maior ainda. "Acho louvável as iniciativas que o ministro [da Fazenda Fernando Hadclad] tem feito e o debate que ele tem trazido em relação aos subsídios tributários. Essa é a conversa que nós precisamos ter enquanto sociedade. Uma revisão dos nossos gastos, dos subsídios tributários, em vez de um aumento de **impostos** como esse que foi feito no IOF."

Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual a avaliação do resultado do **PIB** no primeiro trimestre?

Fernanda Guardado: O número veio um pouquinho abaixo do que imaginávamos, principalmente na comparação com o mesmo trimestre do ano passado. Nós esperávamos avanço de 3,5% e veio 2,9%.

Valor: O que surpreendeu?

Guardado: A agricultura. Esperávamos um número

mais forte. Todo mundo sabia que ia ter uma performance muito boa cio agro, mas acabou sendo um pouco mais modesto do que a gente imaginava. E também um pouco em serviços. Quando a gente faz a média do **PIB** em quatro trimestres, para diminuir volatilidade, observamos que ele saiu de 3,4% no último trimestre de 2024 para 3,5% no primeiro trimestre de 2025. Não é uma mudança tão grande, mas temos de reconhecer que, em serviços, há alguma desaceleração. Essa mesma média móvel de quatro trimestres sai de 3,7% para 3,3%. Ainda assim, é um **PIB** que, em quatro trimestres, cresce mais de 3%. Isso corrobora a nossa expectativa de que esse primeiro semestre será de crescimento e de consumo ainda bastante sustentados.

Valor: O que esperam para a atividade no segundo trimestre?

Guardado: Não estamos mudando de forma relevante nosso número. A sensação que nós temos, vendo os dados de abril, é que é um segundo trimestre que começa bem forte. Não só os indicadores de confiança estão mostrando uma recuperação, tanto em abril quanto em maio, cie forma bastante homogênea, como também os "hard data", os dados mais importantes de atividade, mostram um início de trimestre com uma performance boa. O nosso viés é até de revisar ligeiramente o **PIB** do ano para cima, que nós temos em 2,4%. Vale notar que, com a divulgação do primeiro trimestre, o carry-over cie crescimento para o ano-ou seja, mesmo que o **PIB** fique parado a partir do segundo trimestre - já garante um crescimento de 2,2%. Ainda vai ser um ano cie crescimento acima do potencial, mesmo que nós enxerguemos desaceleração no segundo semestre, por causa da política monetária.

Valor: Considerando a perspectiva do **PIB**, como fica a **inflação**?

Guardado: O IPCA-15 de maio [prévia da **inflação**], que saiu na semana passada, ainda que tenha surpreendido para baixo em algumas aberturas, não muda muito a nossa perspectiva de uma **inflação** rodando em patamares altos e bastante acima da meta até o fim do ano. Boa parte da surpresa com o IPCA-15 de maio foi concentrada em alimentação no domicílio, que é um segmento volátil e em que nós observamos algumas pressões latentes que podem se

materializar, principalmente na cadeia de proteínas. Mesmo serviços subjacentes [mais ligados ao ciclo econômico], que foi um indicador que veio um pouco abaixo do que a gente imaginava, mostra uma taxa da ordem de 7%. Ainda está muito alto. E, quando se observam os dados de mercado de trabalho da semana passada - um Caged [cadastro de emprego formal do governo, com dados para abril] bastante forte, uma Pnad [pesquisa do IBGE] que trouxe a taxa de desemprego caindo 0,4 ponto percentual [no trimestre até abril], em termos dessazonalizados -, a preocupação com o setor de serviços permanece bastante elevada.

Valor: E como fica o Banco Central nesse cenário?

Guardado: Minha expectativa é que o BC dê um último aumento de 25 pontos-base [0,25 ponto percentual] em junho. O BC está num momento em que, realmente, já foi feito um ajuste bastante relevante e intenso na taxa Selic. Porém, não apenas os dados que têm saído sugerem que os sinais de moderação do crescimento que ele vem citando recentemente podem ser questionados, como também o risco em torno do cenário dele é muito grande.

Valor: Por que?

Guardado: Primeiro, pelo que já falei, que os primeiros dados do segundo trimestre indicam recuperação de confiança, crescimento, emprego. Isso já deveria aumentar o alerta do BC. Em segundo lugar, nós temos uma série de iniciativas sendo colocadas, por exemplo, o novo crédito consignado privado, que é uma ótima iniciativa de longo prazo, mas que, para o curto prazo, pode prejudicar um pouco a tentativa do BC de desacelerar o crédito. Temos medidas como linhas de crédito do Minha Casa, Minha Vida e a perspectiva de isenção de Imposto de Renda até R\$ 5 mil que vão ajudar a liberar renda disponível para as pessoas. Todas essas iniciativas, independentemente do mérito, trabalham no sentido de sustentar consumo e atividade. Isso tudo em um ambiente em que as expectativas de **inflação** seguem desancoradas. E, a meu ver, essa desancoragem em 2027, 2028, não reflete apenas temores fiscais.

Valor: Reflete mais o quê?

Guardado: Eu acho que ela ainda reflete dúvidas em termos do comprometimento do BC em ir em direção à meta [de **inflação**] de 3%. Então, eu acho que, nesse ambiente, o BC precisa reforçar seu comprometimento com a meta, reforçar a sua credibilidade e dar um novo ajuste de 25 pontos-base. Eu tenho muita dificuldade em ver como o BC conseguiria, de forma convincente, justificar uma parada em 14,75% quando seus próprios números não sugerem que há uma

convergência antes de meados de 2027. Mesmo num cenário em que os juros ficassem parados em 14,75% para sempre, segundo nossas simulações do modelo do BC, só se conseguiria voltar para a meta de 3% no segundo trimestre de 2027. Isso com todas essas iniciativas acontecendo e uma grande incerteza lá fora, que pode trazer alguns ganhos ao Brasil, mas que também pode não acontecer.

Valor: Como assim ?

Guardado: Se os ganhos se materializarem, ótimo, melhor, a **inflação** vai convergir mais rápido para a meta. Mas se eles não se materializam e continuar tendo fatores al-tistas para a **inflação** que são muito poderosos internamente, o BC tem de se precaver e tentar reforçar a credibilidade da estratégia que ele está adotando. Eu entendo e concordo que o cenário externo está muito incerto, mas ele também tem sido muito fluido, oscilando de otimista para pessimista de forma muito rápida. E outros episódios históricos mostraram que não se pode contar muito com a ajuda externa para conter episódios de **inflação** aguda no Brasil.

Valor: Se o BC entregar mais uma alta de 0,25 p.p. em junho, as expectativas podem ceder mais um pouco ou não necessariamente?

Guardado: Eu acho que não no curto prazo. As expectativas de **inflação** ainda vão precisar ver melhoras nos números correntes e também a desaceleração econômica acontecendo para poderem recuar de forma consistente. Nós já vemos que [a projeção de IPCA no] Focus [pesquisa do BC com o mercado] de 2025 veio recuando nas últimas semanas, inclusive em direção à nossa expectativa, mas nós não vemos melhora nas projeções de longo prazo. As projeções de longo prazo dependem não só de uma confiança por parte dos agentes de que, de fato, a desaceleração está acontecendo e a **inflação** traz surpresas negativas - ou, pelo menos, anda em linha com o que se espera nos próximos meses -, mas também dessa percepção de que o BC está comprometido em trazer a **inflação** não para 4%, 3,8% como as expectativas apontam, mas para 3%, que é a meta do Brasil.

Valor: A meta é factível?

Guardado: Existe questionamento de alguns atores sobre o quanto realista ela é para o Brasil e comparações com o fato de o país raramente ter atingido 3%. Eu não gosto desse tipo de argumento, porque ele não é muito honesto. A verdade é que o Brasil vem crescendo acima do seu nível potencial, que nós vemos um pouco abaixo de 2%. O que os livros-textos de economia dizem é que, quando uma

economia cresce acima do potencial, isso tende a insuflar as pressões inflacionárias. Se nós estivéssemos crescendo próximos do nosso potencial, a meta de 3% pareceria muito mais factível e crível. O problema não é a meta, o problema é crescer acima do potencial.

Valor: O BC deveria contar com o eventual impacto negativo do aumento do IOF sobre crédito, que poderia trazer atividade e **inflação** para baixo, ou não?

Guardado: Tenho um pouco de resistência ao BC utilizar essas medidas que deveriam ser macroprudenciais - afinal, o IOF é um imposto regulatório - como compensação ou substituição da política monetária. A beleza da política monetária é que ela é para todos. Quando você mexe na Selic, ela tem diversos canais de transmissão, como câmbio e expectativas, que não necessariamente o IOF vai ter. Eu acho que o BC deveria ter muita resistência em incorporar no seu cenário ou na sua função de reação esse aumento do IOF de forma confiável. Primeiro, porque, ainda que seja claro qual vai ser o impacto sobre o crédito, ele cria mais ineficiências. É como se fosse mais um dos entupimentos da política monetária que o presidente [do BC Gabriel] Galípolo vem citando. Segundo, porque não está claro qual vai ser o escopo final e se essa medida vai estar aí em alguns meses, diante da resistência no Congresso. E eu acho que não é uma medida das melhores.

Valor: Tanto que a reação do mercado ao IOF ofuscou a revisão promovida nas contas públicas...

Guardado: O ministro [da Fazenda Fernando] Haddad trouxe um congelamento melhor do que esperávamos. Foi uma medida positiva. Porém, ainda observamos que há necessidades adicionais de contingenciamento. Nós ainda vemos alguma superestimação de receitas, uma parte por causa dessa medida do IOF. O que importa aos olhos do mercado não é a meta, com todas as suas isenções. No fim das contas, o que importa é a dinâmica da dívida; e o que importa para a dívida é o déficit primário efetivo. É nisso que o mercado presta atenção. Nesse sentido, este ano é desafiador e o ano que vem é mais ainda. Acho louvável as iniciativas que o ministro tem feito e o debate que ele tem trazido em relação aos subsídios tributários. Essa é a conversa que precisamos ter enquanto sociedade. Uma revisão dos nossos gastos, dos subsídios tributários, em vez de um aumento de **impostos** como esse que foi feito no IOF.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188220?page=22§ion=1>

"Tarifaço" de Donald Trump dá impulso a resultados de empresas do agro no Brasil

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou seu "tarifaço" no início de abril, mas a guerra comercial já se desenhava ao longo do primeiro trimestre. Assim, seus impactos apareceram nos balanços das empresas do agronegócio brasileiro.

Segundo analistas ouvidos pelo Valor, o efeito inicial foi a alta do dólar que, como consequência, ajudou a impulsionar as receitas de exportação das companhias. A cotação média da moeda americana foi de R\$ 5,70, segundo o Valor Data. A alta em relação ao primeiro trimestre de 2024 foi de 13,77% - a cotação média foi de R\$ 5,01 nos três primeiros meses do ano passado.

Em um período de plena colheita de grãos no Brasil, outra consequência da guerra comercial foi o aumento dos prêmios para as exportações de soja, além da decisão da China de antecipar suas compras da oleaginosa. O efeito só não foi maior porque parte da produção havia sido vendida antecipadamente.

Levantamento do Valor Data mostra que, entre 20 empresas agropecuárias que divulgaram balanços financeiros do primeiro trimestre de 2025, 17 companhias registraram avanços na receita líquida. Somente Heringer, Kepler We-ber e Josapar tiveram queclas.

"Acho que [a guerra comercial] é a grande explicação para receitas muito boas, embora em alguns casos os lucros tenham caído em relação ao ano anterior", disse Gabriel Hartt, analista agro da Terra Investimentos.

Para o especialista, este movimento do câmbio impulsionou principalmente as empresas de proteína animal. De acordo com a análise do Valor Data, todos os frigoríficos viram aumento nas receitas do primeiro trimestre. O destaque do setor ficou para a Minerva, com variação positiva

de 55,8% comparada ao intervalo de janeiro a março de 2024.

A Minerva, inclusive, acelerou os embarques de carne bovina para os EUA dentro da cota isenta de **impostos**, ainda em janeiro, antecipando-se ao aumento de tarifas pelo governo americano que se confirmou em seguida.

"O imposto, com a mudança do [presidente Donald] Trump foi para [cerca de] 36%, e você mandar o máximo de volume possível dentro da cota faz uma diferença, e foi o que a gente fez", disse o di-

"[Guerra comercial] é o grande fator para a alta das receitas" Gabriel Hartt

retor de finanças e relações com investidores da Minerva, Edison Ticle, em maio, ao comentar os resultados do primeiro trimestre.

No início de abril, o presidente Trump anunciou o tarifaço contra diversos países e para o Brasil foi aplicada uma taxa de importação de 10%. Assim, as vendas de carne bovina fora da cota, que já contavam com uma tarifa de 26,5%, agora pagam 36,5%.

Na área de grãos, Gabriel Barra, analista do Citi, destaca as companhias produtoras e exportadoras, como a SLC, entre as que se saíram melhor nos balanços.

"Elas se beneficiaram da recuperação da produtividade na cultura de soja devido ao clima mais regular, implicando um menor custo unitário e em maiores volumes de produção, que combinados a preços relativamente estáveis e câmbio mais

elevado, resultaram em melhores resultados na comparação ano contra ano", disse Barra.

Para o especialista do Citi, "começamos a ver alguns efeitos [da guerra comercial] como o aumento do prêmio nos portos pela soja brasileira, contribuindo para a margem do produtor".

Olhando para a frente, Barra diz acreditar que empresas como as exportadoras de grãos e as produtoras de açúcar e etanol, devem continuar se beneficiando desse dólar mais forte e também do clima favorável às lavouras.

"Porém, esperamos que os preços das commodities agrícolas (como açúcar, soja, milho e outros) devam cair no mercado internacional, compensando o efeito da valorização do dólar. Mas é importante ressaltar que grande parte das companhias exportadoras já travou o preço de uma

parte relevante das suas vendas para este ano", acrescentou.

Mas se o dólar jogou a favor dos exportadores de um lado, do outro a moeda americana valorizada elevou os custos das companhias de insumos, ressaltou o analista da Terra Investimentos, o que ajuda a explicar o desempenho mais adverso na temporada de balanços.

Olhando sob as métricas de margens e lucros, os desempenhos das empresas do agronegócio foram diferentes dos verificados nas receitas. Segundo o Valor Data, dez das 20 empresas avaliadas tiveram o resultado líquido positivo, com destaque disparado para os frigoríficos.

"Chamou bastante atenção a performance de Marfrig no Brasil, e o mercado de frango positivo tanto para a Seara quanto para a BRF", ressaltou Guilherme Palhares, analista do Santander.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188220?page=14§ion=2>

PIB e proximidade da campanha não facilitam a vida do BC (Editorial)

A economia brasileira reacelerou no primeiro trimestre do ano e cresceu 1,4%, depois da estabilidade no fim do ano (0,1%). Apesar dos juros muito elevados, o destaque para o Produto Interno Bruto (**PIB**) veio dos investimentos, pelo lado da demanda, com avanço de 3,1% agora e de exuberantes 9,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Na oferta, como era esperado, a agropecuária cresceu 12,2%. O desempenho geral veio marginalmente abaixo da mediana das expectativas das consultorias pesquisadas pelo Valor, de 1,5%, mas acima do que sugeriria uma taxa de juros alta e ainda em elevação naquele período. Com juros entre os três maiores do mundo, o Brasil teve a quinta melhor performance no início do ano de 48 países, à frente até da China (1,2%). A oposição entre política monetária contracionista e estímulos do governo, agora mais voltados ao crédito, explica a contradição e sugere que a desaceleração prevista para o segundo semestre pode ocorrer com menos intensidade do que se a política econômica estivesse alinhada com a monetária. Essa situação não facilita a tarefa do Banco Central (BC) e ratifica a direção por ele dada de manter juros altos por tempo prolongado.

O impulso da economia no primeiro trimestre em 2025 foi igual ao de 2023 (alta do **PIB** de 1,4% sobre o trimestre anterior), e o de ambos superior ao dos demais inícios de ano da década. Sua composição, no entanto, indica que haverá um esfriamento, com alguns indícios visíveis. As expectativas da maioria das consultorias se deslocaram para acima de 2% no ano, mas não se descarta que o resultado possa ficar mais perto de 3%. Apesar de a agropecuária ter dado um salto de 12,2%, ele foi menos vigoroso que os 13,8% de 2023, pois a base de comparação anterior é mais baixa (-4,4% no último trimestre). Se o comportamento de 2023 é parâmetro, as atividades do campo se tornarão negativas nos três trimestres restantes.

Sempre em relação ao período imediatamente anterior, a indústria estagnou no início do ano (-0,1%), e, mais importante para o desempenho futuro, o setor de serviços (68,8% do **PIB**) mal cresceu em relação ao último trimestre de 2024 (0,3% ante 0,2%), mesmo quando se considera que seu "espelho" pela demanda, o consumo das famílias, havia se tomado negativo (-0,9%) no fim do ano e agora tenha evoluído 1%.

Na ponta, todos os subcomponentes de serviços estão desacelerando, com exceção do desempenho notável de informação e comunicação (3% nos primeiros três meses). Mantêm-se próximas do nível de atividade no primeiro trimestre de 2024 outras atividades de serviços (0,8% ante 1,1%), que têm o maior peso relativo no setor e guardam relação mais direta com a renda do trabalho, que continua aumentando acima da **inflação**. A Pnad Contínua de abril mostrou elevação de 3,2% reais em 12 meses, a massa de salários bateu recorde no período e o desemprego caiu a 6,6%. O comércio, por seu lado, perde fôlego desde o segundo trimestre de 2024, assim como transporte, armazenagem e correios.

Os investimentos deslançaram, mas esse movimento será contido pelo custo do capital em elevação. Apesar do forte crescimento, que puxou a produção doméstica de máquinas e as importações, ele não veio acompanhado de boa performance da construção civil (reco de 0,8% no trimestre). A formação bruta de capital fixo deu um salto de 16,7% do **PIB** no fim de 2024 para 17,8%, ampliando a distância da taxa de poupança, que cresceu para 16,3% do **PIB**. Ainda assim, a FBCF ainda está 6,3% abaixo de seu pico recente, do segundo trimestre de 2013.

Nas contas nacionais, a variação dos investimentos é somada à dos estoques, que atingiram no primeiro trimestre do ano o maior valor, R\$ 66,4 bilhões, desde o primeiro trimestre de 2021. Segundo a Secretaria de Política Econômica, os estoques contribuíram com 1,2 ponto percentual para o **PIB**. Quando forem consumidos, subtrairão pontos do **PIB**, o que deve ocorrer nos próximos trimestres. Por outro lado, o setor externo retirou 0,7 ponto do **PIB**. As exportações cresceram 2,9%, enquanto as importações subiram o dobro disso, 5,9%, e nada menos de 15,6% em quatro trimestres.

O andar da economia dependerá do consumo por um lado, e dos serviços, por outro. Rendimentos e massa salarial estão em crescimento e sendo ajudados até agora pela expansão do crédito, que deve arrefecer, embora o governo continue criando linhas para manter a rota de expansão. O consumo do governo no primeiro trimestre foi de modesto 0,1%, em boa parte devido à contenção de gastos executada com a ausência de orçamento aprovado.

Os números do **PIB** não tornam a vida do BC mais confortável. A economia está mais aquecida do que seria desejável para que a **inflação** recue para a meta, o que exigirá mais juros ou juros altos por mais tempo. Esta última parece ser a inclinação do BC. Se a alta do IOF for mantida, com maior custo de empréstimos, o BC poderá pensar em manter os juros em 14,75% até que as atividades e a **inflação** refluam. Não poderá contar para isso, como deveria, com a ajuda do Planalto, que entrou em campanha eleitoral.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188220?page=22§ion=1>

Moody s rebaixa perspectiva do Brasil para estável

A agência de classificação de risco Moody's reduziu a perspectiva da nota do Brasil de positiva para neutra. A alteração se deu por causa da situação fiscal do país, com aumento da dívida pú-

blica, da **inflação** e dos juros. Segundo a agência, a mudança da perspectiva reflete "um agravamento acentuado da capacidade de pagamento da dívida e de um progresso mais lento do que o esperado na redução da rigidez dos gastos e na construção de credibilidade da política fiscal".

A Moody's tinha elevado a nota de crédito do Brasil em outubro de 2024, deixando o país a um passo do grau de investimento, perdido em 2016. Apesar da redução da perspectiva agora, a agência manteve a nota do país no grau "Bal" - o 11º nível numa escala de 21 - "refletindo o tamanho e a diversificação

da economia brasileira, bem como a baixa vulnerabilidade a choques externos".

Segundo a agência, diante do aumento das expectativas inflacionárias, o atual ciclo de aperto monetário (a taxa básica de juros está em 14,75% ao ano após seis altas seguidas) leva a um aumento substancial dos pagamen-

tos da dívida pública, "resultando em déficits fiscais maiores e maior acúmulo de dívida em 2025 e 2026 do que o previsto anteriormente".

A perspectiva da agência é de que a relação dívida pública/**PIB** "se estabilize em torno de 88%" nos próximos cinco anos, ante projeção de 82% há sete meses.

A Mood/s avalia que a "rigidez do gasto e o aumento das despesas com juros" reduzem a capacidade de cortes adicionais no resultado primário e que, apesar da adoção de medidas de aumento de receitas e limite de alta do salário mínimo dentro do arcabouço fiscal, "reformas mais profundas são essenciais".

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3150#book/>

PIB do Brasil cresce 1,4% no primeiro trimestre de 2025

Mayra Castro e Vinícius Neder

A economia brasileira iniciou 2025 com crescimento de 1,4% no primeiro trimestre, puxado pela agropecuária, que teve salto de 12,2% no período, refletindo uma safra superabundante. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira.

O resultado, que somou R\$ 3 trilhões, veio em linha com a estimativa de analistas, que esperavam expansão de 1,5%, segundo pesquisa do jornal Valor. No acumulado de quatro trimestres, o avanço é de 3,5%. Com o clima favorável e boa quantidade de chuvas desde outubro do ano passado, já era esperado que a agropecuária puxasse a economia no início de 2025. No último trimestre de 2024, o setor havia recuado 4,4%.

"A agropecuária está sendo favorecida pelas condições climáticas e conta com uma baixa base de comparação do ano passado. E esperada uma safra recorde de soja, nosso produto agrícola mais importante", explica a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Mais crédito: Novo consignado deve acrescentar 0,6 pontos percentuais ao **PIB** brasileiro em um ano, diz

Itaú O resultado só não foi melhor que o do primeiro trimestre de 2023, quando o agro saltou 13,8% e carregou o **PIB** ao longo do ano.

O bom desempenho do campo não foi acompanhado pela indústria e pelo setor de serviços. Este último avançou apenas 0,3% nos primeiros três meses do ano. Mas, como serviços representam 70% do **PIB**, qualquer expansão favorece a atividade econômica.

No setor industrial, houve leve queda de 0,1%. De acordo com o IBGE, as indústrias de transformação e construção recuaram neste início de ano, refletindo "a política monetária restritiva". Os juros estão em 14,75% e a sinalização é de que sejam man-

tidos em patamar elevado.

Juros mais altos inibem o crédito, o que pode afetar o apetite por compras e investimentos. No entanto, os dados do **PIB** mostram que o consumo das famílias e

a disposição de empresários para investir continua avançando.

O consumo voltou a subir e avançou 1% no primeiro trimestre. Nos três meses anteriores, havia caído 0,9%. Para especialistas, o mercado de trabalho aquecido tem mantido a renda elevada, contribuindo para essa expansão.

Prévia da **inflação**: IPCA-15 de maio é o menor para o mês em 5 anos; veja a previsão de analistas para o resto do ano Ontem, o IBGE informou

que a taxa de desemprego ficou em 6,6% em abril, abaixo do previsto e o menor para o mês da série histórica. E a massa de rendimentos real, que é a renda total de todos os trabalhadores, atingiu R\$ 349,4 bilhões e alcançou novo recorde.

"A gente tem coisas que prejudicam, como a política monetária restritiva e a **inflação**, mas continuamos com o desempenho positivo do mercado de trabalho, com crescimento da massa salarial real, ou seja, a renda disponível que as famílias têm para consumir, além de programas de transferência de renda do governo e o crédito que, mesmo mais caro, continua crescendo", diz Rebeca.

Medidas como crédito consignado para trabalhadores do setor privado devem ajudar a manter o ritmo do consumo por um tempo, avaliam analistas. O programa começou no fim de março e deve ter efeito sobre os dados do segundo trimestre.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3150#book/>